

OS NÓS DE CULTURAS: EXPERIÊNCIAS DE DESIGUALDADE NOS MODOS DE VIVER A CIDADE

*Sheille Soares de Freitas**

Resumo: Este trabalho tem o interesse de colocar em debate os modos de vida de determinados trabalhadores que muitas vezes são indicados como “manifestações culturais”, catalogados enquanto festas e ritos da cidade. A tentativa é observar como as práticas desses sujeitos em Uberlândia-MG indicam tensões nas relações classistas vivenciadas no tempo presente, como apontam uma historicidade de confrontação de valores e tentativa de controle social pela criminalização e deslegitimação de práticas, ora pelo apelo à ordem pública, ora pela promoção de políticas ambientais e de inclusão social. Para tal, utilizo materiais disponibilizados na rede pública de ensino, problematizando a visibilidade e a pauta de questões que envolvem disputas no terreno comum da cidade indicadas, por vezes, como consenso e valorização da diversidade cultural.

Unitermos: Culturas, Experiências, Relações Classistas, Uberlândia

Abstract: This work has the interest of put in debate the modes of life of some workers Who are often looked to as “cultural manifestations”, cataloged as festivals and rites of the city. The attempt is to see how the practices of these subjects in Uberlândia-MG indicate tension in the relationships of classes living in the present time, as part a historicity of confrontation of values and attempt to criminalization

* Doutora em História pela UFU/PPGH. Professora Adjunta do Curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon. O artigo apresentado corresponde a reflexões presentes no segundo capítulo da Tese de Doutorado em História, financiada pela FAPEMIG (2006-2009), intitulada "Por falar em culturas... histórias que marcam a cidade. Uberlândia/MG", defendida em setembro de 2009, sob orientação da Profª. Drª. Heloisa Helena Pacheco Cardoso. E-mail: sfsheille@gmail.com.

and prohibition of practices, either by appealing to the public order, sometimes by the promotion of environmental politics and social inclusion. To do this, I used materials available in the public school system, problematizing the visibility and agenda of issues involving the disputes on the common ground of the city indicated sometimes as consensus and appreciation for cultural diversity.

Keywords: Cultures, Experiences, Relationships Classist, Uberlândia

A dinâmica desse início do século XXI permite perceber como os valores ritmam lugares, unem e distanciam os sujeitos sociais, produzem distintos modos de lidar com o meio ambiente, com o espaço da moradia, com a constituição de laços de religiosidade, costumes, solidariedades e confrontações. Ao pensar essas relações contraditórias e complexas procurei dar visibilidade ao debate sobre os modos de viver marcados por experiências de desigualdade, expressos nas diferenciações e disputas culturais experimentadas por certos trabalhadores. Essa prerrogativa aponta questionamentos sobre a natureza de interdições de práticas sociais, bem como explícita as tensões que marcam as relações classistas nas cidades brasileiras.

A pressão, tanto para se falar em culturas, quanto para que determinado viés norteie as relações sociais, não me deixa dúvidas: essa postura aponta para tensões. Tensões sobre os modos como se vive e se legitima viveres, tensões entre o permanecer e o transformar na produção da cidade. Não é um mero enfoque do cultural e do ambiental, distintamente catalogado, que está em questão nas páginas deste artigo. Falar em culturas é olhar para o caminho contraditório em que as relações de poder acontecem.

Pensando assim, a tentativa aqui é problematizar noções que propõem um possível consenso na pluralidade cultural. E, ao fazer isso, problematizar determinadas noções de cultura que procuram esterilizar a dinâmica social. A cidade de Uberlândia-MG estará em evidência a partir das práticas de certos trabalhadores que experimentam essa cidade em desigualdade de condições, tornando-se um território representativo de práticas classistas que disputam a organização da sociedade capitalista contemporânea.

Meu interesse é adentrar nessas lutas diante o processo de transformação social, onde a experiência desafia a visibilidade formatada que se quer consagrar com práticas de monumentalização do vivido. É por isso que importa dimensionar essas culturas na luta de classes (THOMPSON, 1981). Retomo palavras de Khoury (2006) para encaminhar essa questão, pois quando diz que não basta reconhecer e respeitar a diversidade cultural e que é preciso enfrentar as práticas que se pautam nesse enredo, a autora insiste em um suposto que se apresenta com

recorrência em seus trabalhos e discussões a respeito do papel do historiador na produção do conhecimento histórico, portanto de nossas práticas no tempo presente.

Ao tentar esmiuçar a provocação da autora, considerei o Caderno de Orientação, “Educação Ambiental e a Prática das Religiões de Matriz Africana” – editado pela Prefeitura de Uberlândia em 2006 – uma publicação pertinente para compor a problematização dos usos de culturas e do direito de viver a/na cidade.

Ao fazer isso insiro a Administração Pública no debate sobre a aceitação da diferença, evidenciando contornos claros de expectativas de controle e enquadramento de culturas, mesmo que enunciadas a partir do suposto do respeito à diferença e da afirmação de identidades culturais. Esse material teve como base os cadernos editados no estado de São Paulo e Rio Grande do Sul, o que sugere uma integração de posturas com premissas compartilhadas, não só em conteúdo, como também no modo de propor a organização social e lidar com as desiguais diferenças¹.

Questões que são legítimas socialmente tornaram-se repertório de adequações nas propostas de organização social. A prática de projetar mudanças enquanto modos de educar continua disputando autoridade nas relações, partindo, quase sempre, de noções universalistas de conscientização e melhoria, como destaco a seguir em trecho de apresentação do Caderno de Orientação:

Este caderno de orientação visa informar, educar e sensibilizar a população sobre os procedimentos dos cultos afros, principalmente no que se refere à colocação de trabalhos religiosos no meio ambiente. Pretende-se resgatar a conceituação sagrada da natureza na cosmovisão das culturas de matriz africana, em sua relação homem-natureza, reeducando mentes e práticas depredadoras do meio ambiente e integrando a população de afro-descendentes, adeptos dos cultos afros e a população em geral.

O conteúdo desta publicação dirige-se a toda a população, mas com especial ênfase aos terreiros e seus adeptos e notadamente aos educadores.

[...]

A educação ambiental é uma ferramenta importante no processo de sensibilização e mudanças de atitudes da população. (UBERLÂNDIA, 2006, p. 6-7)

Esse trabalho foi distribuído na rede municipal de ensino, nas instituições de “práticas de religiões de matriz africana” e está disponível nos órgãos vinculados às

¹ “Base de Elaboração: - A Educação Ambiental e as Práticas das Religiões Afro-Umbandistas. Cartilha de Orientação promovida pela Prefeitura de Porto Alegre e pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul.- A Educação Ambiental e a Prática das Religiões de Matriz Africana. Cartilha de Orientação organizada pelas Casas de Mãe Dango e Mãe Corajacy, Instituto Cultural Baba Toloji e ACADEC, de Campinas SP”. (UBERLÂNDIA, 2006, p. 4).

Secretarias Municipais: de Meio Ambiente, Educação e Cultura. A intenção de modificar hábitos multiplica, também, modos de compreender o lugar de cada prática na cidade. A educação – ambiental, cultural, patrimonial, sanitária – que perpassa essas práticas constrói um lugar para esses modos de viver e classifica a não realização da norma como falta de algum tipo de educação que conserva práticas “depredadoras”. Porém, que ações são essas?

É verdade que a distribuição desse material não impõe padrões a seguir, contudo não é possível dizer que ele é ignorado no seu conteúdo e na sua forma, ele traduz práticas que vão além da produção desse material. O manual expressa uma religiosidade vista enquanto folclore, herança transcendente, algo que sobrevive separado de outras práticas que os sujeitos vivenciam. Essa proposta, ao manter o mito contraditório do quanto esse costume é diferente e marginal com relação a outros, expressa, também em outras ações, a necessidade de atualizar esses valores, seja com a preservação ambiental, seja com o mote dos interesses sociais em discussão.

Mesmo com todos os empenhos para a construção do consenso, a dureza das pressões e dos limites precisa ser vivida para que se estabeleça enquanto controle hegemônico, portanto é necessário investigar outros meandros para compor o debate com o Caderno de Orientação. A meu ver só faz sentido destacar essa disputa dialogando com o enredo em que ela é produzida, afirmada, questionada e, contraditoriamente, experimentada. Ou seja, reconhecida como prática de tensão social.

A noção de identidade, politicamente correta, indicada nessa proposta de intervenção, não tranquiliza as relações sociais. Viver a cidade traduz se relacionar, conviver, colocar em movimento identificações e partilhas, conforme os modos de viver potencializem sua permanência, sua recorrência enquanto pertencimento social, ou indiquem desautorizações aos usos e visibilidades de costumes.

Refletir sobre o Caderno de Orientação, “Educação Ambiental e a prática das religiões de matriz africana”, exige alguns cuidados com a noção de partilha homogênea, e ao mesmo tempo, setorizada que propõe. Falar de dentro, como se ao dizer “nossas casas”, “nossa religião”, “nossos costumes”, não fosse falar de fora, é amenizar por demais a contradição desse processo. Os manuais expressam relações de classes, produzidas para além do isolamento da religião, de uma festa, de um rito, ou de uma questão ambiental em uma cartilha. Essas práticas estão presentes nas disputas diárias na cidade; a permanência do terreiro de umbanda e candomblé, o barulho dos trabalhos, a exposição de oferendas, a realização de sociabilidades que indiquem outros modos de viver e compartilhar o terreno comum da cidade, a presença expressiva desses sujeitos e dessa prática em Uberlândia não permite apenas proibir, mas construir modos de limitar e pressionar mudanças.

Nesse manual, o diálogo proposto com os dirigentes das casas sugere que na disputa social a mudança se faça hierarquizando relações, propondo que os dirigentes assumam a responsabilidade pelas alterações, e não o Estado:

Material a ser usado

É de fundamental importância que os/as dirigentes de nossas Casas (Babalorixás, Yalorixás, Mameto de Inquice, Tata de Inquice, Madrinha e Padrinho de Umbanda) passem a orientar a confecção de suas oferendas, despachos, limpezas etc., com a utilização de material biodegradável, evitando assim o uso de plástico, vidros e outros elementos de difícil absorção pela natureza. (UBERLÂNDIA, 2006, p. 09).

Uma mediação que propõe retirar a noção de controle e imputar uma necessidade de adequação ambiental, diluindo, em parte, os valores colocados como pressão, indicando-os como garantia do direito de todos à qualidade de vida. Estratégias desiguais para o termômetro de qualidade, pois as alterações devem ser nessas práticas e não em outras, que estão, na verdade, desautorizando sua permanência. E, nesse enredo, a necessidade de limitar hábitos vai ganhando interdições mais explícitas e bem menos condescendentes:

Locais interditados

Assim como existem locais propícios à entrega das oferendas e despachos, outros são inadequados, e até mesmo interditos, por não reunirem as qualidades necessárias do campo vibratório. Entre esses, podemos citar as ruas e calçadas, em especial as do perímetro urbano, templos, escolas, creches, estabelecimentos comerciais e industriais, repartições públicas, ou seja, todos os locais de grande afluência de público e, em especial, de crianças que, por sua curiosidade inata, venham a se colocar em contato com os trabalhos. Além disso, a presença desses materiais causa desconforto à população leiga e contribui para a poluição nas cidades, sobretudo a poluição visual. Devemos buscar locais mais afastados, pouco movimentados, dando preferência à zona rural, o que propiciará a reversão à sua origem dos materiais utilizados nas oferendas.

As dificuldades da distância de tais locais é injustificada pelas facilidades de que hoje dispomos, como a utilização de veículos automotores, o que não ocorria no passado, quando as oferendas e trabalhos eram conduzidos manualmente. O sacrifício do transporte será sempre mais um fator de valorização em sua entrega e na aceitação por parte dos Orixás, Inquices, Voduns, guias e Protetores.

[...]

Obedecidas essas regras gerais, estaremos colaborando com a preservação do meio ambiente, com a limpeza de nossas cidades e conquistando maior respeito de nossa religião. (UBERLÂNDIA, 2006, p. 11-12).

Essa construção amplia sua atuação quando insinua a discriminação como prática a ser combatida. Uma explicação que coloca a pressão da mudança como modo de afirmação cultural, propõe que o terreno comum da cidade está sendo disputado nas diferenças e tem como encontrar um ajuste comum. Há a preocupação em

apontar que todas essas regras são para conquistar “maior respeito” pela religião, o que trará compensações. Compensações que fortalecem, muitas vezes, a possibilidade de mudanças serem reconhecidas enquanto luta de identidade, principalmente por ser uma publicação com a chancela da Coordenadoria Afro-Racial de Uberlândia - COAFRO². Dizer que esse processo retira o estigma de macumbeiros, poluidores da cidade, pode acomodar uma leitura dessas relações enquanto práticas para harmonizar direitos. Porém, essa perspectiva, não resolve os dilemas da convivência desigual na cidade. Mas a cidade é possibilidade de muitos na sociedade capitalista? Em que termos?

Cabe pensar sobre o que mudou no enfoque do mesmo manual e dos mesmos sujeitos que a princípio se colocavam como defensores da identidade negra, pois vão deixando claro o peso do desconforto da “população leiga” com determinados trabalhadores e com suas práticas, indicando o que antes era atuação cultural como “poluição visual” e “práticas depredadoras”. Esse encaminhamento explicita quem não têm o direito de usar a cidade fora do padrão, com hábitos que perturbam outros projetos de cidade, que procuram se manter hegemônicos.

Os que se reúnem com sons que se espalham pelos arredores das casas e deixam oferendas em esquinas, calçadas, margens de rios, provam sua existência, marcam culturalmente a cidade. Não deixam nome, nem endereço, mas apontam outros modos de ritmar Uberlândia. Essa prática enuncia modos de viver que desorganizam a “população leiga” enquanto dominante. Por isso, o que está em foco não é apenas se polui, ou não, mas as relações de poder.

Dar visibilidade aos trabalhos, canções e indumentárias dessas pessoas é expor os rastros de festividades, de rezas, crenças, entretanto limitá-los a essa notoriedade exótica, como folclore preservado pela inclusão social, permite que não reconheça enquanto modo de luta as práticas que estes exerceram todos esses anos para recolocar seus valores em confrontação com outros no meio social. Culturas que disputam a permanência, não só de terreiros e rituais, mas valores que não se encerram nas seções das casas. Práticas que se estendem nos laços de afetividade e na partilha da sobrevivência, como morar, trabalhar, estudar, circular por determinados espaços, ou seja, produzir seu lugar na cidade a partir do que compõe sua cultura e condição de classe.

Como é possível aceitar que o “campo vibratório ideal” são os locais afastados, onde nada pode ser visto? Desconfio dessa proposta de apagar as marcas de uso

² COAFRO – Coordenadoria Afro-Racial de Uberlândia, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Cultura. Atende à promoção de atividades afro-raciais (encontros, manifestações, debates) e projetos de formação (cartilhas, manuais e cursos para instituições, secretarias de outras cidades e professores da rede pública de ensino referente à atuação da COAFRO, estudos da História da África e também da Cultura Afro no Brasil). No site da Prefeitura Municipal de Uberlândia há destaque para seus trabalhos na área da educação. Conferir em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/noticia.php?id=26&print=1>>, Acesso em: jan. 2008.

da cidade por esses sujeitos. Como posso falar de conquistas culturais, quando a visibilidade de práticas não é permitida? Ou ainda, como então essa cultura deve se tornar visível? Páginas de álbum? Registros de uma cultura imaterial? A dinâmica da vida não pode ser negada. Mas, então, como esse viver é disputado?

Ao folhear o “Álbum de Figurinhas” de George Thomaz (2007) encontro possibilidades de interpretação desse processo, acomodadas em explicações de “manifestações da cidade”. No álbum, o autor traz 189 figurinhas procurando abarcar uma síntese de momentos, personagens e lugares que definiriam a cidade de Uberlândia.

No álbum, a página destacada a seguir traz espaço para a Congada, que tem certa visibilidade e um modo próprio de reconhecê-la enquanto “festa da cidade”. A tentativa de tornar estático o que ganha ruas, casas e sons prossegue. Neste trabalho, distribuído gratuitamente nas escolas públicas de Uberlândia, o autor apresenta, na página destinada à Congada, retratada na Imagem I, o que considero ser característico e definidor da festa.

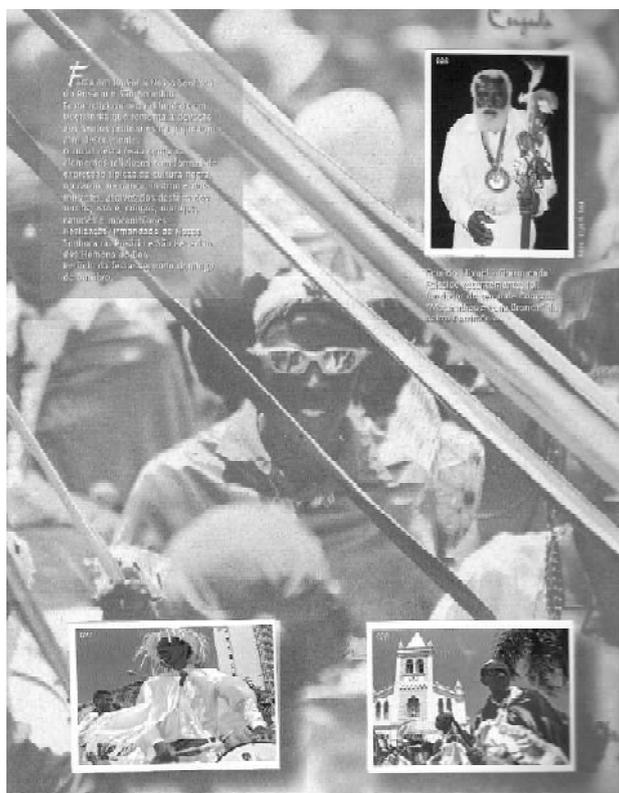


Imagem I – Congada
(THOMAZ, 2007, p. 09)

Utilizando fotografias que caracterizam essa experiência nos limites da festa, o fotógrafo traz momentos da apresentação dos ternos (grupos que se apresentam na festa da Congada) próximos à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na região central da cidade. Thomaz apresenta o evento sem compor a historicidade e lutas que mantêm e mudam esse ritual e sua composição na vida dos sujeitos que se identificam com sua formulação. Porém vale à pena ir além dessa página e problematizar sua formulação, observando de qual enredo histórico ela faz parte.

Estilizada como evento da cidade, a Congada é incorporada como manifestação cultural que "...combina elementos religiosos com formas de expressão típicas da cultura negra...". Assim, o fotógrafo demarca um lugar e uma data para o ritual afrodescendente, harmônico e culturalmente aceito. Como se ao fazer parte do calendário da cidade compõe, sem distinções, a história do lugar com aceitação de todos. Trazendo seu Charqueada com roupa de festa, como sendo um dos fundadores da festividade a ser homenageado, páginas depois o trará enquanto "tipo popular".

Mas como se formula essa legitimidade? Esses sujeitos estão e fazem a cidade, com ou sem essa chancela. Eles usam essas ruas o ano todo, e não apenas para os eventos do congado, pois trabalham, moram, estudam, relacionam-se aqui. Os ensaios, campanhas e seções dos terreiros, sonora e fisicamente, marcam os bairros de Uberlândia. O que está em questão é que visibilidade se promove hoje nas disputas de classes, em grande medida, permeando as verbas de incentivo à cultura e a política nacional de valorização da cultura afro³. O que, contraditoriamente, permitiu construir certa noção de valorização cultural, entretanto fortemente marcada por uma folclorização dos modos de viver e das relações sociais.

O Caderno de Orientações assim como a página do álbum de Thomaz congela vidas que são muito mais do que expressão típica de uma cultura. Lindas vestes, mas construídas com muito esforço, que expõem disputas pela cidade. O dinheiro contado para reformar ou produzir as roupas, brigas para ajustes e inovações nos ternos, nos horários e trajetos (MARRA, 2005). Com tudo isso, as fitas, que marcam como pano de fundo a página do Álbum não trançam as práticas intranquilas da feitura dessa apresentação. Práticas que demandam muito empenho, disputas por pertencimento, as quais não têm como serem catalogadas no livro do Tombo.

³ BRASIL. Decreto n. 3.551, de 04 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências. Disponível em: <www.iphan.gov.br>. Acesso em: jun. 2008.-
_____. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.-
Composição da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural em 2004, pelo Ministério da Cultura. Disponível em: <www.cultura.gov.br>. Acesso em: jun. 2008.

Este pode conter o registro da origem e família fundante de cada quartel ou terno, cores e fundamentos de cada grupo, porém o que motiva, a cada ano, o envolvimento, a produção, a mudança e a permanência dessas práticas está em um movimento que não aparece nesses registros. Esses valores escapam da construção da sociedade de consenso e de aceitação da diferença. As horas de dedicação a práticas que fazem sentido na luta diária, são acomodadas a registros de tombamento patrimonial, como cultura imaterial, propondo enquadrar como “festa da cidade”, como um monumento à cultura afrodescendente⁴.

São muitas as tradições culturais em Uberlândia. Por elas o Executivo Municipal tem o maior respeito. Uma prova deste reconhecimento está no apoio que a Prefeitura proporciona as manifestações culturais e as organizações afrodescendentes. A festa do Congado, a Folia de Reis e o Carnaval são eventos anuais realizados pela Prefeitura e que movimentam culturalmente toda a comunidade. Tudo isto faz de Uberlândia uma cidade que mantém sua identidade cultural e preserva suas etnias. (UBERLÂNDIA ACONTECE, 2004, p.12)

São essas composições de texto que recorrentemente informam práticas de deslegitimação da historicidade em que se faz esse modo de vida, colocando-o não só com o apoio da Prefeitura, mas um evento formulado por ato governamental. Em um informativo produzido pela Administração Pública e distribuído com custo do orçamento municipal, a promoção da identidade cultural da cidade aparece como uma e diversa ao mesmo tempo, vinculando-se à noção de “manifestações culturais” retira as disputas e desigualdades dessas experiências. Além disso, recoloca uma atuação – que é política – como uma exibição folclórica de ritos estáticos que são heranças transcendentais, como se a manutenção de tais práticas não apontasse pressões e limites às relações classistas, sugerindo confrontações em campos de forças em tensão.

Na travessia pelas ruas da cidade, muitas vezes ritmada pelos tambores, produzidos e tocados em muitos ensaios, em muitos preparativos para que esse momento fosse possível, o percurso vai, passo a passo, e a cada melodia, trazendo à tona correlações de forças em que são produzidas essas relações. Moradores da cidade que constroem suas tradições todos os dias, lidando com as interdições de classe, avaliando-as diante o tom das suas necessidades, expectativas e valores.

Essas são práticas em tensão. Pois, há aqueles, como Thomaz (2007), que se autorizam a observar, selecionar e definir as marcas da cidade para trazer a diver-

⁴ No Showcase (2005/2007), a festa do Congado está no calendário de festas típicas da cidade, enredada em uma noção de sujeito coletivo e estampada como um evento da Administração Pública com o apoio do empresariado local. O rito é valorizado e banalizado ao mesmo tempo, cumprindo uma visibilidade enquanto possível atração turística de Uberlândia. Essa fórmula propõe um conteúdo exótico a essa prática e retira da sua produção, os costumes e sentidos que permeiam a feitura e continuidade dessa experiência em transformação. Conferir: <www.uberlandiacvb.com.br>, Acesso em: jun. de 2008.

cidade cultural. Há outros, como Marra (2005), quando produz o seu “Álbum de Famílias Afro descendentes em Uberlândia” procura se inserir nesse processo e olhar de dentro, como parte das famílias afrodescendentes do século XX, propondo-se a utilizar da Lei de Incentivo à Cultura para promover essa cultura afro, indicando o lugar social que ocupam na cidade. Contudo, eles se aproximam quando perseguem o caminho homogêneo da identidade de grupo. Identificações e tipificações que se enredam, valores na diferença que prefiro localizar na desigual diferença. Contradições e conflitos que a experiência social escancara.

Entendo que nosso envolvimento com a transformação social não pode ser negado em nossas produções. Por isso, destaco o trabalho desses autores para pensar como ao propor trabalhos para a formação dos alunos da rede pública de ensino em Uberlândia, assim como utilizando recursos públicos para produzirem seus trabalhos, esquetejam a sociedade e o foco se fecha em personagens, ritos e monumentos, espetacularizando o social⁵. Acredito ser possível dar outro zoom à realidade que não seja este, partindo dos mesmos sujeitos que apresentam, mas com outras questões. Esse é o caso do seu Geraldo Miguel, seu Charqueada.

Seu Geraldo Miguel, apelidado em razão das relações de trabalho na Charqueada, não é representativo para mim por compor uma manifestação cultural há tanto tempo, mas pelo campo de possibilidades comuns que aponta enquanto trabalhador. Sua sabedoria é legitimada no terreno da experiência social, trazendo culturas que se evidenciam em um conjunto mais amplo de relações e não em um dia de festa. Sua morte ainda marca a vida de tantos outros que se reconhecem no seu modo de viver, na sua condição de classe. Não é apenas o “Álbum de Figurinhas” que retrata seu Geraldo Miguel, Marra (2005) também garante visibilidade a ele em seu “Álbum de Famílias”:

Geraldo Miguel – Seu Charqueada – Nasceu no primeiro dia do século XX, 01 de janeiro de 1901, em Cruzeiro da Fortaleza, saiu com três anos, foi criado em Ibiá, veio para Uberlândia. Trabalhou muitos anos para o sr. João Naves de Ávila, que era proprietário do frigorífico Ômega. Seu Charqueada era salgador e secador de carne de varal. Hoje, aos 104 anos de idade, gozando de plena lucidez e força física e dono de memória invejável, é o congadeiro vivo mais velho da cidade. Apesar da idade, continua trabalhando realizando bicos como jardineiro e capinando quintais. (MARRA, 2005, s/p, CD ROM)

Considero não ser “Apesar da idade” que continuava trabalhando, mas por ter a trajetória que teve, com as desigualdades que experimentou, que apesar de tanto

⁵ Trabalho importante sobre essa problemática de construção do conhecimento histórico foi realizado em São Paulo, em aulas públicas, exposições e debates, propondo um diálogo com o que os moradores da cidade de São Paulo tinham a dizer do que é proposto como marco, monumento e sentido de nação. Todo esse processo mais que um desafio significou um esforço de pensar a escrita da história no diálogo com as questões do presente e nas disputas em que estão inscritas (SÃO PAULO, 1992).

trabalho por toda a vida, a sobrevivência enquanto trabalhador ainda lhe exigia novos “bicos” aos 104 anos, época da produção do trabalho de Marra. Essa era a sua maior lucidez: saber das necessidades que acompanhavam os seus e conseguir manter sua contribuição para o sustento da família.

Saber histórias e cantos datados há mais de um século, conhecer a cidade em que viveu todos esses anos como sua, confirma que construiu seus “pedaços” na cidade⁶. Sua experiência consolidou sua importância para grupos, familiares, amigos e vizinhos, tornando-se referência histórica, de luta e prática social. Na construção que o elege enquanto “tipo popular”, seu Charqueada foi visto como um trabalhador que virou figurinha, para referendar, não ele, mas a abstração da fundação do Congado na cidade.

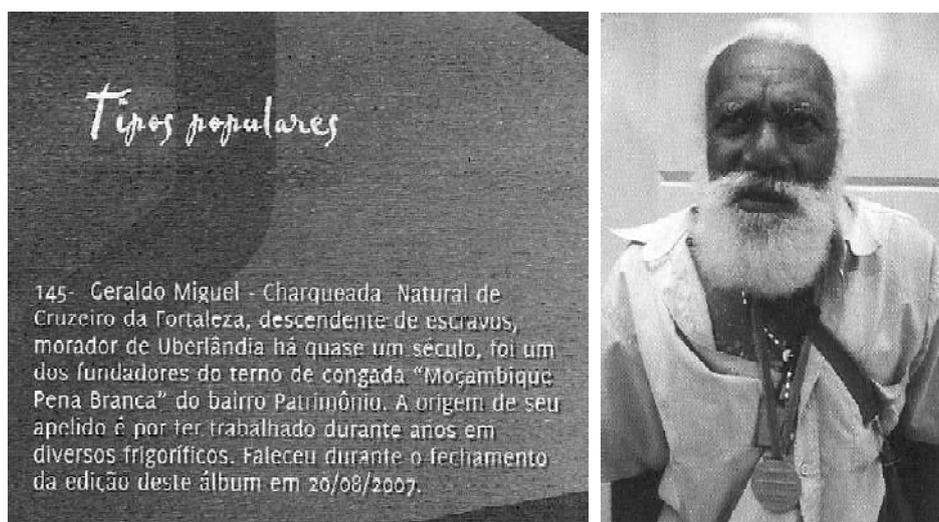


Imagem II – Geraldo Miguel
(THOMAZ, 2007, p. 32)

O uso da imagem de seu Geraldo Miguel, recortando uma vida pública a ser partilhada, não apaga a vida doméstica que deu condições para essa visibilidade. Não há essa separação, a experiência é social e produzida enquanto vivido e percebido nas relações (THOMPSON, 1981). Os “populares” estão na história, seja produzindo-a em seus quintais, salas e calçadas, seja emergindo pelas ruas dos bairros da cidade com seu trabalho, cantorias, festas, futebol, danças, leilões e rituais. Os costumes se forjam nessas práticas cotidianas e ganham força e pres-

⁶ Essa menção se inspira na colocação de Silva (2006) que, ao analisar a sociedade do Rio de Janeiro, problematiza a disputa pela cidade e a composição de territórios por grupos sociais distintos e desiguais. Com esse suposto, os “pedaços” que ritmam a vida de determinados sujeitos, estão sob o olhar da autora, que percebe nesses lugares modos de viver, culturas em transformação, marcas de pertencimento e disputa social.

sões a partir do momento que ultrapassam a noção de “manifestações” e ganham a dimensão do vivido.

Na disputa social ganha força o interesse pelos costumes “populares”, para a sua explicação e ordenamento. Por isso, a produção de cartilhas, encontros de formação, normas, livros, multiplicam-se enquanto forma de apontar ajustes de práticas, definindo o que são e onde estão, sugerindo determinar o como devem realizar e explicitar costumes⁷.

Esse também foi o mote para a organização e divulgação do Caderno de Orientação “Educação Ambiental e a Prática das Religiões de Matriz Africana” pela Prefeitura, com mediação da COAFRO. É ingênuo considerar que essas práticas de orientação para as intituladas “culturas populares” são feitas com amorosismo e limitadas a um apelo ambiental ou de manifestação cultural. Elas trazem no seu bojo formas de disputar explicações sobre o vivido, construídas enquanto direitos e afirmação identitária. No caso do trecho destacado a seguir, o destaque fica para o bom convívio com a vizinhança, a valorização dos ritos afros nos antepassados, apontando um consentimento nas mudanças propostas, procurando aí identificações e legitimidades no processo de transformação da religiosidade, da visibilidade e horários permitidos.

Uso de bebidas

Ao colocarmos a bebida, devemos vertê-la ao redor da oferenda, guardando os vasilhames que serão retirados do local na nossa saída.

Com isso, preservamos a limpeza do local e obedecemos as regras estabelecidas por nossos antepassados quando diziam: “Orixá não come vidro” e menos ainda plástico, podemos acrescentar.(UBERLÂNDIA, 2006, p. 13)

Instrumentos de percussão e horários

Os toques e sessões apresentam-se como uma das maiores fontes de queixas e reclamações da parte de vizinhos, especialmente se esses não são adeptos de nossa religião ou se as cerimônias se realizam em dias de semana e se prolongam além do horário [...]

Nesses casos, devem ser feitas algumas avaliações sobre os tipos de sessões que são realizadas pelas casas religiosas, ou seja, as que usam e as que não usam instrumentos de percussão. As que não usam tambores podem tranquilamente realizar seus cultos sem problemas. As demais devem suspendê-los às 22 horas, procedendo-se ao encerramento sem os atabaques. Os Orixás e Entidades deverão entender que tal procedimento é fruto da lei humana e que deve ser respeitada.

Nos casos de festividades especiais, os tambores poderão tocar até mais tarde, devendo as Casas obterem a licença necessária junto à Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente de Uberlândia

⁷ Algumas publicações apontam, enquanto síntese, um modo de compreender – desde a origem – cada “gesto das congadas”. Importante para serem problematizados nos usos de culturas na promoção de determinado modo de compor explicações, historicidades e catalogações do vivido, conferir a proposição de sínteses identitárias de: ALCÂNTARA (2008); BRASILEIRO (2001); GABARRA (2004).

[...]

Desejando evitar constrangimentos decorrentes de queixas de vizinhos que não entendem nossa religião, poderão as casas promover um isolamento acústico de custo relativamente acessível. Uma opção definitiva para a tranquilidade dos trabalhos. (UBERLÂNDIA, 2006, p. 16-17)

Essas orientações pressionam para a aceitação do controle. O “nós”, mencionado no Caderno de Orientação, contraditoriamente, traz a normatização do rito, horários e materiais. A “Lei Humana” é responsabilizada pelas mudanças, como se estivesse acima de interesses e valores, como se retirasse a tensão dessa norma. Mas quem a produz e a que ela serve? A tensão não está apenas na diferença, no recortar esse vivido, mas naquilo que a visibilidade e a sonoridade dessas práticas apontam enquanto disputa de valores e territórios. Esse nós tem mais divisões, pois além de conflitos, indica que ter identificações não possibilite a todo momento lutas e posicionamentos comuns.

Em ilustrações ao longo do Caderno de Orientação, apresentadas nas imagens III e IV essas normas aparecem em tom de ensinamento, vindo de iguais, propõe retirar a participação do Poder Público, de Instituições vinculadas à Administração, dos vizinhos diferentes e desiguais que pressionam para o cumprimento de tais regras e horários etc. A sugestão que fica é de repetir o exemplo apontado, enquanto conscientização. Não há espaços para contestações, como menciona o texto, a “preservação da natureza” e a “Lei do silêncio” devem ser mantidas.



Imagem III – Ilustração do Caderno de Orientação
(UBERLÂNDIA, 2006, p. 15)



Imagem IV – Ilustração do Caderno de Orientação
(UBERLÂNDIA, 2006, p. 16)

Essas imagens, dentre outras, apontam que a cartilha, que foi distribuída nas escolas e instituições religiosas, traz um princípio já enunciado por Thomaz na produção do *Álbum de Figurinhas*: “um jeito divertido” de enunciar costumes e práticas na cidade. Ao caricaturar como é ser negro e ter hábitos que precisam entrar em sintonia com as práticas de limpeza, preservação de rios e cachoeiras, como a garantia de tranquilidade nas noites de seus vizinhos diante o barulho de suas atividades nas casas, o *Caderno de Orientação* apresenta a própria integrante do terreiro indicando o fim do som dos tambores, as relações de poder que se fazem presentes pressionando tal ação não aparecem na composição das imagens.

Entretanto esse caminho de sugerir interdições e normas rasura a “afirmação cultural” que quer explicar as fórmulas criadas para a divulgação da diversidade cultural em Uberlândia, pois o conteúdo que trazem traduz dissidências, mais do que identificações. Pedir licença para funcionar aparece como a única alternativa possível de pertencimento. Caso contrário, esses sujeitos estarão sempre provocando constrangimentos aos vizinhos, tendo problemas com o Poder Público e causando pressões naqueles que se inserem nesse meio para “representá-los”, como a COAFRO. Ao mencionar direitos, o *Caderno de Orientação* acaba por autorizar a criminalização caso não se respeite as normas divulgadas em benefício do bom convívio entre “comunidade leiga” e adeptos às “religiões de matriz africana”.

Silveira (2003) também contribui para pensar as relações de vizinhança e os modos de disputar e partilhar valores. Ela propõe discutir a paisagem do bairro Patrimônio, região sul de Uberlândia, atentando para o modo como os sujeitos produzem esse lugar. Com os referenciais da Geografia, a autora problematiza esse espaço a partir das tensões do processo de transformação do que chamou de “paisagem vivida”. Ela aponta que determinados moradores do bairro Patrimônio – vinculados ao carnaval, folias de reis e moçambiques – procuraram negociar os usos do bairro, historicamente marcado pela presença de trabalhadores negros.

Uma das sugestões indicadas por esses sujeitos foi o uso do espaço do Centro de Tecelagem, como possível espaço cultural para ensaios e apresentações. Essa proposta não foi aceita pelo Poder Público. Com isso, continuaram realizando seus ensaios e atividades em suas casas, agremiações, escolas e ruas, mesmo com as reclamações dos vizinhos. Essa discussão permite problematizar a convivência naquele bairro, que hoje é formado não só por diferentes loteamentos, mas por desiguais modos de viver e construir a cidade.

De acordo com a organização dos Bairros Integrados, promovida pela Prefeitura Municipal de Uberlândia⁸, a composição atual do bairro Patrimônio “integra” parte dos loteamentos Copacabana, Chácaras Recreio e Nossa Senhora da Abadia – esse último loteamento corresponde ao “antigo” Patrimônio. Essa formação foi e é extremamente tensa, haja vista que não só durante a formação desse zoneamento, como também atualmente, os moradores do Copacabana não aceitam ser parte do Patrimônio, pelo estigma, amplamente difundido, de que esse é um bairro de negros e pobres.

Muitos moradores do “antigo” Patrimônio não abrem mão do nome do bairro e da legitimidade de suas práticas, utilizando os referenciais em voga para se legitimar nessa briga, indicam fazer parte de um bairro histórico e de referência cultural – “nós somos o primeiro bairro de Uberlândia” (SILVEIRA, 2003) – para que assim garantam a preservação de seus costumes e de sua presença nessa área da cidade, mesmo que o IPTU tenha aumentado significativamente diante a “ascensão” no zoneamento.

Os interesses que perpassam as pressões sobre os modos de viver dos moradores do Patrimônio não são apenas para readequar seus hábitos a horários, lugares e nomenclaturas de bairro. Eles disputam o direito de permanecerem naquele con-

⁸ A planilha de bairros integrados e a justificativa para tal processo, conforme a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, aponta a tentativa de “racionalizar a quantidade de bairros”, bem como caracterizar os bairros integrados pela “homogeneidade” do setor. Disponível em: <www3.uberlandia.mg.gov.br/midia/documentos/planejamento_urbano/bairros_integrados_sul_.pdf>, Acesso em: jul. 2008.

vívio social, onde outros moradores os consideram como ilegítimos e possuidores de práticas que desvalorizam a região, tais como o carnaval, os botequins, as festividades nas ruas, o movimento nos terreiros e nas folias de reis. A visibilidade de casas antigas aponta uma permanência que resistiu à chegada das mansões e novas avenidas que dão acesso a condomínios de luxo e áreas consideradas do centro comercial da cidade.

Essa situação é retomada no trabalho de Andrade e Fonseca (2009), onde as autoras propõem, no campo da Arquitetura e do Urbanismo, pensar as transformações e usos dos espaços públicos da cidade, destacando os locais em que há a presença do negro e suas “lutas sociais” em Uberlândia. A tentativa, ao retomar essa reflexão, é abrir o foco e pensar como os sujeitos, em determinadas relações, constroem suas referências e apontam as contradições e desigualdades para além da afirmação identitária, ou da segregação urbana. Para tanto, trago a seguir parte de uma entrevista realizada pelas autoras, procurando problematizar os modos de viver e de compreender as relações na cidade quando a “sociedade da diversidade cultural” não dá conta de responder pelo que é vivido em tensão:

A cidade cresceu [...]. Hoje, é... Nós fazemo a festa ali na escola ali, a Escola Estadual. Então a cidade cresceu... É ali é... foi fazendo prédio e nós tamo encurralado aqui. Então quando nós começa a festejá, que reza terço né? E tem que soltá foguete... Então o pessoal ali... É... Reclama, chama a polícia [...]. Pra você ver, a gente tá aqui... Nasceu aqui né... O primeiro bairro de Uberlândia, esse aqui, o Patrimônio. Então nós tamo... Numa situação crítica[...]. A burguesia não aceita isso... (rs) É festa... É... A primeira Escola de Samba, que eu sou fundador da escola... E começou tudo aqui, samba, é... O time mais velho de futebol, aqui de Uberlândia é o Guarany... é de 1939... É daqui do Patrimônio. A alegria concentra tudo aqui. Mas ao mesmo tempo, tão querendo... (rs)... jogar nós pra outros lugares.

[...]

[...] Adoro o Congado... É... Aqui tem três ternos de Congado... Eu participo... Particpei de um daqui, agora participo de outro. [...] do Congado não reclama porque a gente não faz muito pra quele lado dali né [...]. Até a Igreja... Lá eles já quiseram tirá até... O... A festa de lá da Igreja do Largo do Rosário... Teve um pessoal aí, eu não vou cita o nome... Que eles quiseram tirar a festa dali [...] Aí queria... Quiseram dar terreno pra todo lugar... Todos os lugares... Mas aí nós batemo o pé [...]. É... E todo ano nós faz uma festa lá, do Congado... Uma vez por ano só... Uma vez por ano! Olha aqui... Como nós sofremo aqui... Ali no Cajubá [clube] faz festa a noite inteira. O som aqui ninguém dorme. O Praia [clube] a mesma coisa. Então não sei, o som sai de lá, vem pra cá, fica a noite inteira assim [...]. É... Pra nossa Escola de Samba ensaiar aqui... Ah... É uma dificuldade danada. Proibiram nós de ensaio aqui na Rua 29 de Outubro... Agora nós ensaiamo ali ao lado da Tecelagem. E já tão querendo tirar de lá. (ANDRADE; FONSECA, 2009, p. 20)

A falácia do consenso e da pluralidade se desmantela quando a desigual diferença ainda é caso de polícia. Parece que a “questão social” não consegue ser conduzida por manuais, palestras e encontros. As pessoas, como seu José Rodrigues, sabem de onde vêm as pressões, quem são os seus vizinhos, o que querem transformar, ou eliminar. Os clubes destacados por seu João Rodrigues são referenciados na cidade por sujeitos que compõem grupos economicamente significativos em Uberlândia, empresários, políticos, fazendeiros. A menção desses lugares, enquanto alheios a muitas das pressões vivenciadas por moradores do bairro Patrimônio, em relação a barulho e horários, sugere a distinção classista que os formula enquanto territórios desiguais na cidade.

A historicidade de suas práticas permeia uma antiga queda de braços sobre o lugar dos trabalhadores na cidade. A luta de classes articula estratégias, alianças e novos campos de confrontação. Ela promove mudanças e permanências. Mas, cada vez que se “bate o pé” contra o “jogar nós pra outros lugares”, ganham novas possibilidades de luta, novos elementos para sustentarem seus anseios. É claro que isso não retira o peso da cidade que cresce encurralando-os. Essa pressão não só vigia hábitos, como também sufoca, desqualifica e manda-os embora, mas entre conseguir retirá-los há uma grande distância. A alegria de permanecer, destacada por seu José Rodrigues é reconhecida na força de laços de sociabilidade, solidariedade, de costumes partilhados mesmo diante as pressões.

Afinal, será que a legalidade das práticas, ou mesmo as orientações de cartilhas, manuais, códigos de postura é o que motiva o cumprimento de certo projeto de cidade? A convivência classista produz tensões classistas e trazem mudanças, mas não a todo o momento. Percebo que na mesma medida em que se cede a algumas pressões, também se resiste, traduzindo essas práticas como valores a serem disputados, principalmente quando a mudança vai evidenciando condições de desigualdade. Na luta pelo direito à cidade, a “integração”, o consenso indicado em tantas práticas cotidianas, podem ser muito mais desiguais do que aparentam ser. Mesmo que como é expresso no Caderno de Orientação, essa “união” queira prevalecer enquanto “tranquilidade” e “respeito”:

Esse caderno de orientação não pretende esgotar o assunto e nem impor regras. Visa, sim, orientar nossas casas, evitando aborrecimentos e divergências com autoridades, vizinhos e a comunidade. A colaboração dos nossos dirigentes é primordial para o sucesso da iniciativa. Colaborando, irmãos e irmãs contribuirão para a tranquilidade e o respeito a que fazemos jus. (UBERLÂNDIA, 2006, p. 18)

O destaque para os possíveis “*aborrecimentos evitáveis*” ganham notoriedade nos diversos apelos do “*nós*”, “*irmãos e irmãs*”, construído no Caderno de Orientações. A indicação que tenho ao ler esse material, não é um diálogo fraterno

entre o que é preciso em “*nossas casas*”, ou mesmo a produção do que denominam o “*respeito que fazemos jus*”. Existe um “*eles*”, distintamente enunciado enquanto “*autoridades*”, mas que se pulveriza diante outras dissidências possíveis e conhecidas no convívio social e presentes nas explicações do manual, destacando “*vizinhos*” e “*comunidade*”, afastando as pressões da esfera classista (HOGGART, 1973).

Parece-me que a homogeneidade identitária não sobrevive às lutas sociais. São experiências de desigualdades, com divisões, tensões. O problema que vejo não é viver essas identificações, mas construir bandeiras imaculadas, como se a pauta desse Caderno se remetesse apenas a negros, afrodescendentes, ou vinculados a “religiões de matriz africana”, pois inversamente a esse princípio, foi produzida privilegiando os que não compõem essas identificações, foi produzida para direcionar o lugar marginal desses modos de viver, que se situam em uma condição de classe determinada.

O modo como vivemos formula nossas experiências, que socialmente traduzem práticas de transformação e permanência de valores, modos de viver, modos de lutar. Culturas vividas em tensão, que não se apartam do que dia a dia temos como pressões, limites e expectativas para constituir nossos territórios. A disputa social, efetivamente, passa por aqui, pelos modos de “preservar”, “revitalizar”, transformar relações e culturas. Modos que problematizam a legitimidade de territórios, que permeiam sociabilidades, moradias, modos de trabalhar, ou seja, os usos que marcam a cidade.

Fontes

- Entrevista com João Rodrigues, Bolinho, em 26 de abril de 2008, realizada pelas autoras Livia e Maria de Lourdes. Disponível no texto: ANDRADE, Livia M. de; FONSECA, Maria de Lourdes. A transformação no uso dos espaços públicos em Uberlândia. In: *Revista Horizonte Científico* [on-line], v. 1, n. 9, 2008, p. 20. Disponível em: <www.horizontecientifico.propp.ufu.br/include/getdoc.php?id=1251&article=400&mode=pdf>. Acesso em: fev. 2009, p. 20.
- MARRA, Fabíola Benfca. *Álbum de Família*. Famílias Afro-descendentes no século XX em Uberlândia – MG. Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia/Secretaria Municipal de Cultura/ Programa Municipal de Incentivo à Cultura. 2005. 2v. e 1 CD-ROM. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU.
- RESPEITO às tradições afro-brasileiras. Uberlândia Acontece, Uberlândia, mar. 2004, p. 12. (Informativo Prefeitura Municipal de Uberlândia/Secretaria de Comunicação Social).

- SHOWCASE. Uberlândia: Uberlândia Convention & Visitors Bureau/Prefeitura Municipal de Uberlândia-Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, 2005/2007. Disponível em: www.uberlandiacvb.com.br, Acesso em: jun. 2008.

- THOMAZ, George. *Álbum de Figurinhas – Uberlândia*. n. 01 Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia/Secretaria Municipal de Cultura/Programa Municipal de Incentivo a Cultura/Instituto Alair Martins, 2007. Formato 30 X 21 cm, composto por 189 figurinhas.

- UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Educação ambiental e a prática das religiões de matriz africana*. Uberlândia: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente/Secretaria Municipal de Cultura/COAFRO/Divisão de Memória e Patrimônio Histórico, 2006, p. 4. Caderno de Orientação.

Referências

ANDRADE, Livia M. de; FONSECA, Maria de Lourdes. A transformação no uso dos espaços públicos em Uberlândia. In: *Revista Horizonte Científico* [online], v. 1, n. 9, 2008, p. 20. Disponível em: www.horizontecientifico.propp.ufu.br/include/getdoc.php?id=1251&article=400&mode=pdf, Acesso em: fev. 2009.

ALCÂNTARA, Ana Paula (Org.). *Congos, moçambiques e marinheiros: olhares sobre o patrimônio cultural afro-brasileiro de Uberlândia*. Uberlândia: Gráfica Composer Editora Ltda, 2008.

BRASILEIRO, Jeremias. *Congadas de Minas Gerais*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2001.

GABARRA, Larissa O. *A dança da tradição: Congado em Uberlândia (séx. XX)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura*. Trad. de Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença, 1973, 2 vol.

KHOURY, Yara A. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura A.; ALMEIDA, Paulo R. de; KHOURY, Yara A. *Outras Histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. Departamento de Patrimônio Histórico. *Pátria Amada Esquartejada*. São Paulo: DPH, 1992. Livro e VHS.

SILVA, Lúcia H. P. da. *Luzes e sombras na cidade: no rastro do Castelo e da Praça Onze. 1920-1945*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2006

SILVEIRA, Rosana de A. de M. *Percepção do “Patrimônio” de Uberlândia: um estudo da Paisagem Viva*. 2003. 126f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2003.

THOMPSON, E. P. *Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.